

EXTENSÃO E FORMAÇÃO DOCENTE: UMA ANÁLISE SOB A PERSPECTIVA DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS CONTEMPORÂNEAS¹

EXTENSION AND TEACHER TRAINING: AN ANALYSIS FROM THE PERSPECTIVE OF CONTEMPORARY EDUCATIONAL POLICIES

Willian Canova dos Santos - Mestrando do programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Especialista em Tecnologia Educacional (IFSC) e Currículo dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental (UFPI). Graduado em Letras Português-Inglês (UTFPR) e Bacharelado em Letras Libras (UNIASSELVI). E-mail: williacanova@hotmail.com

Franciele André - Graduanda do 1º ano do curso de Pedagogia e bolsista de Apoio Técnico no projeto de extensão Tecendo a Cidadania: Geração de Renda e Combate à Exclusão Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). Graduada em Tecnologia em Sistemas pelo Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET-PR). E-mail: franciele.br@gmail.com

Giovana Heloisa Brandiele - Bolsista de Iniciação Científica da Fundação Araucária, graduanda do 1º ano do curso de Pedagogia e integrante do projeto de extensão Tecendo a Cidadania: Geração de Renda e Combate à Exclusão Social da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE). E-mail: brandiele@gmail.com

Sônia Maria dos Santos Marques - Coordenadora do projeto de extensão Tecendo a Cidadania: Geração de Renda e Combate à Exclusão Social, doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2008). Professora Associada do curso de Pedagogia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Centro de Ciências Humanas, campus de Francisco Beltrão, Paraná. E-mail: mrqs.sonia@gmail.com

RESUMO

A extensão universitária é um processo educativo, cultural e científico que fortalece a relação entre universidade e sociedade. A Resolução nº 7/2018 regulamentou essa prática, impulsionando o debate sobre sua curricularização nas graduações. Este estudo examina o desafio de integrar atividades extensionistas à formação docente, analisando como políticas educacionais, especialmente a meta nº 12.7 do PNE, influenciam o desenvolvimento das competências pedagógicas dos futuros docentes. A pesquisa fundamenta-se em uma revisão bibliográfica e documental, com referência nos autores como Freire (1983), cuja perspectiva teórica dá ênfase ao diálogo horizontal e à ação transformadora, Franco, Libâneo e Pimenta (2007), que defendem a práxis pedagógica crítica e emancipatória como caminho para a formação e constituição docente. Além disso, incluem-se os aportes teóricos que abordam e organizam a extensão universitária na perspectiva de interação dialógica e com impacto social, conforme disposto por Brasil (2014), Baldijão e Teixeira (2011), Nogueira (2005) e os parâmetros do FORPROEX. Os resultados indicam que a curricularização da extensão enriquece a formação acadêmica na medida em

¹ Versão modificada do texto originalmente publicado nos Anais do VI Colóquio Nacional de Educação e Questões Étnicas, evento realizado em Francisco Beltrão - Paraná, no período de 04 a 07 de novembro.

que relaciona teoria e prática. Nas considerações finais, sublinha-se a relevância de políticas que dialoguem com esse processo, também suscitou a organização das horas de extensão com a intenção de evitar excessivas fragmentações que comprometam a efetivação do processo formativo, garantindo, assim, uma formação docente crítica e alinhada às demandas sociais e educacionais contemporâneas.

Palavras-Chave: curricularização; formação docente; extensão universitária.

ABSTRACT

University extension is an educational, cultural, and scientific process that strengthens the relationship between university and society. Resolution No. 7/2018 regulated this practice, promoting debate on its curricularization in undergraduate courses. This study analyzes the challenge of integrating extension activities into teacher training, analyzing how educational policies, especially goal 12.7 of the PNE, influence the development of pedagogical skills of future teachers. The research is based on a bibliographic and documentary review, with reference to authors such as Freire (1983), whose theoretical perspective focuses on horizontal dialogue and transformative action, Franco, Libâneo, and Pimenta (2007), who defend critical and emancipatory pedagogical praxis as a path to teacher training and constitution. Furthermore, theoretical contributions are included that address and organize university extension from the perspective of dialogic interaction and social impact, as established by Brasil (2014), Baldijão and Teixeira (2011), Nogueira (2005) and the FORPROEX parameters. The results indicate that the extension curriculum enriches academic training to the extent that it relates to theory and practice. The final considerations highlight the relevance of policies that dialogue with this process, also advocating the organization of extension days with the intention of avoiding excessive fragmentation that compromises the effectiveness of the training process, thus ensuring critical teacher training aligned with contemporary social and educational demands.

Keywords: curricularization; teacher education; university extension.

INTRODUÇÃO

A Extensão Universitária tem como principal objetivo aproximar a universidade da sociedade, desenvolvendo ações que atendam às demandas comunitárias por meio de projetos, programas e planos estruturados que correspondam a essas necessidades. Com a obrigatoriedade das atividades extensionistas nas universidades, foram elaborados projetos que assegurem a efetivação dessas práticas, estabelecendo uma ponte entre o conhecimento acadêmico discutido nas disciplinas, atrelando-os às realidades locais.

Essa interação entre a universidade e a comunidade fundamenta-se na troca de saberes, contribuindo não apenas para o fortalecimento da cidadania e da autonomia dos sujeitos envolvidos, mas também promove mudanças sociais com potencial de impacto duradouro nas diversas realidades nas quais essas ações se desenvolvem. Além disso, essa colaboração influencia na formação docente, preparando-os para serem críticos e aptos a enfrentar as diversas situações que surgem em suas vidas profissionais.

As atividades extensionistas são delineadas para intervir diretamente nos cenários sociais,

com o intuito de superar os desafios cotidianos e melhorar as condições de vida dos sujeitos envolvidos neste processo. Um exemplo relevante a ser citado neste sentido é o projeto de extensão Tecendo a Cidadania: Geração de Renda e Combate à Exclusão Social, financiado pela Fundação Araucária² (FA).

Esse projeto oferece oficinas que utilizam a literatura, o bordado e a costura como instrumentos mediadores para atender mulheres em situação de vulnerabilidade social. Utilizando-se destes recursos, o projeto proporciona uma qualificação prática que dialoga com as necessidades e possibilidades, fortalecendo sua autonomia e promovendo um espaço de troca, aprendizado e empoderamento. Essas oficinas ampliam as perspectivas quanto à geração de renda e autonomia, promovendo inclusão social, independência econômica e oportunidades no mercado de trabalho.

Contudo, direcionando a análise para Extensão Universitária, essa proposta enfrenta desafios na sua implementação, que nem sempre ocorre conforme previsto nas regulamentações. A falta de tempo, investimento e espaço adequados podem comprometer a execução e a conclusão dessas atividades. Alguns projetos, ainda que bem-intencionados, nem sempre conseguem atender plenamente às necessidades dos participantes, limitando o impacto esperado pelas atividades extensionistas.

METODOLOGIA

Este estudo utilizou duas abordagens metodológicas, que se constituíram em pesquisa documental e bibliográfica. A pesquisa documental analisou amplamente a Lei 13.005/2014, a Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018, e a Resolução nº 058/2020 do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPE), regulamentos estes que orientam as atividades de extensão nas universidades, proporcionando uma compreensão mais sistematizada sobre o tema.

É válido fazer a distinção entre pesquisa documental e bibliográfica. Segundo Lüdke e André (1986, p. 38), “[...] a análise documental busca identificar informações factuais³ nos documentos a partir de questões e hipóteses de interesse”. Dessa forma, “[...] a técnica documental vale-se de documentos originais, que ainda não receberam tratamento analítico [...] sendo uma das técnicas decisivas para a pesquisa em ciências sociais e humanas” (Helder, 2006, p. 01-02).

No que tange a pesquisa bibliográfica, ela fundamenta-se em autores que embasam o Projeto de Extensão Tecendo a Cidadania: Geração de Renda e Combate à Exclusão Social, corroborando com suas contribuições teórico-práticas. Entre os autores, Paulo Freire (1983), se destaca no sentido da emancipação e por suas contribuições ao pensar a extensão, também por sua compreensão com relação à relevância da comunicação no processo de desenvolvimento dos projetos.

Além disso, foram incorporados autores que discutem a formação docente, bem como os mecanismos sociais e culturais que influenciam a construção dos sujeitos envolvidos nesses processos formativos, como Franco, Libâneo e Pimenta (2007) que defendem a práxis da educação na formação docente. Neste momento chega a hora de dialogar com os aportes teóricos sobre a constituição docente e a extensão.

² Este projeto é o resultado de uma iniciativa conjunta entre a universidade e a comunidade local, com o objetivo central de promover cursos de formação para mulheres em situação de vulnerabilidade.

³ Mantém-se essa estrutura morfológica referente ao português de Portugal, pois é a voz de Lüdke e André que conceitua o que é pesquisa documental.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A extensão universitária é um movimento de longa data no âmbito acadêmico, cuja regulamentação ganhou força com a Resolução nº 7 de 18 de dezembro de 2018. Esta resolução atende à meta nº 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que institui o Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 a 2024 e assegura que ao mínimo, 10% da carga horária total dos cursos de graduação sejam dedicados a atividades de extensão, priorizando áreas de alta relevância social. (Brasil, 2014).

A implementação desta regulamentação, contudo, apresenta desafios significativos para as instituições de ensino superior, docentes, discentes e para a própria sociedade. Um dos principais questionamentos é sobre como assegurar que a extensão mantenha seu caráter dialógico, crítico e emancipatório, atendendo, ao mesmo tempo, as demandas sociais, como habitação, analfabetismo, produção de alimentos e geração de empregos (Freire, 1983).

Cada instituição tem adaptado projetos e métodos para a extensão universitária, com avaliações periódicas que mostram os resultados de forma quantitativa e qualitativa. Nesse sentido, o Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) tem desempenhado contribuições importantes ao manter a articulação das políticas acadêmicas extensionistas.

A principal função do FORPROEX é proporcionar a articulação e concretização dessas políticas, priorizando o potencial transformador da extensão para o exercício pleno da democracia. Nesse sentido Baldijão e Teixeira, (2011, p. 42), afirmam que “[...] é o ensino superior que tem uma das maiores responsabilidades na produção, sistematização e difusão do conhecimento, na pesquisa, na inovação tecnológica, na relação com a sociedade, especialmente por meio da extensão”. A extensão, portanto, caracteriza-se como um “processo educativo, cultural e científico que articula o *Ensino* e a *Pesquisa* de forma indissociável e viabiliza a relação transformadora entre universidade e sociedade” (Nogueira, 2005, p. 84, grifos dos autores).

A inclusão da extensão no currículo acadêmico reafirma o valor da universidade, especialmente em tempos de tensão entre ciência e sociedade. Os projetos de extensão permitem que os estudantes ampliem suas experiências para além do ambiente acadêmico, percebendo a aplicação prática de seus conhecimentos em contextos reais e comunitários.

Contudo, a implementação de 10% da carga horária em atividades de extensão, embora promissora, ainda enfrenta dificuldades operacionais que, em certos casos, podem fragmentar o processo formativo que já é deveras segmentado em sua totalidade. Projetos atrelados às disciplinas com carga horária reduzida, por exemplo, podem não ter tempo suficiente para desenvolver atividades extensionistas robustas, o que limita seu impacto e o aprendizado esperado, ou seja, esse movimento pode descaracterizar o que se compreende por extensão.

A base teórica da extensão, como definida por Freire, permanece relevante. Ele defendia a necessidade de escutar a comunidade antes de qualquer intervenção, garantindo que o processo de extensão seja conduzido como um diálogo horizontal. A comunidade deve ser vista como parceira ativa, com saberes próprios, e não como um grupo passivo de recepção de soluções (Freire, 1983).

O projeto Tecendo a Cidadania: Geração de Renda e Combate à Exclusão Social materializa a prática freiriana. Durante o desenvolvimento do projeto, estabeleceu-se o diálogo com as participantes sobre temas como gênero, empoderamento feminino e violência contra a mulher. Por meio das oficinas temáticas de bordado e costura, as interações entre as mulheres entrelaçaram

vivências e criavam um profundo senso⁴ de pertencimento, transformando o grupo em uma ciranda onde cada indivíduo soma-se ao outro de maneira orgânica e espontânea. Essa experiência evidencia o impacto da extensão, permitindo que a academia transcenda seus muros e atue como agente de transformação social.

Na Figura 1, pode ser observado a materialização das ações extensionistas desenvolvidas pelo projeto junto a um grupo de mulheres do município de Marmeleiro, Paraná, ao longo de sua execução.

Figura 1: Grupo de mulheres de Marmeleiro- PR.



Fonte: Acervo do projeto Tecendo a Cidadania, 2024.

Apesar dos avanços, a implementação dos 10% de carga horária em atividades extensionistas seja um objetivo positivo, esse processo necessita de melhorias para garantir uma execução coerente e produtiva. A recente legislação sobre a extensão universitária, por ser nova ainda, certamente passará por ajustes para otimizar o processo. As avaliações bienais previstas nas regulamentações são indispensáveis para adaptar as atividades de extensão às necessidades específicas de cada região e comunidade nas quais atuam.

As palavras de Freire (1983), reforçam a necessidade da universidade escutar a comunidade antes de formular as ações de extensão, construindo parcerias de forma conjunta, buscando soluções emancipatórias. A universidade, assim, de certa forma colabora ativamente, entendendo os desafios e carências dos sujeitos que buscam transformações significativas para a sociedade.

Quando se pensa na formação de professores, especialmente nos cursos de Pedagogia, a extensão universitária é uma oportunidade para que os estudantes compreendam a Pedagogia enquanto curso e ciência, promovendo um espaço de reflexão crítica sobre sua prática educativa e a entendendo como exercício humanizador.

⁴ O termo *senso* refere-se à percepção ou consciência compartilhada entre as participantes. Um sentimento de pertencimento e identificação com o grupo que as constitui. Esse senso de pertencimento, gerado nas interações durante as oficinas temáticas de bordado e costura, reforça a ideia de acolhimento.

Esse movimento é defendido por Franco, Libâneo e Pimenta (2007),

Quando incorpora a possibilidade de vincular-se ideologicamente à realidade educacional construindo-se como um saber engajado, em uma abordagem crítico-emancipatória, realça-se a práxis educativa como objeto da Pedagogia, em um movimento que integra intencionalidade e prática pedagógica; formação e emancipação do sujeito da práxis. Assim considerada, permite vislumbrar a construção de passarelas articuladoras entre as teorias educacionais e as práticas pedagógicas. Nessa perspectiva, revela-se como uma ação social de transformação e de orientação da práxis educativa da sociedade, desvelando as finalidades político/sociais presentes no interior da práxis e reorienta ações emancipatórias para sua transformação. (Franco; Libâneo; Pimenta. 2007, p. 42)

Uma das principais características da curricularização da extensão é democratizar o processo, incentivando os discentes a participar integralmente das etapas de criação, definição de metas, execução e avaliação. Esse processo desenvolve suas habilidades necessárias ao longo do curso superior.

Desse modo, a curricularização da extensão produz possibilidades, tanto para a sociedade quanto para a universidade. O potencial de transformação é significativo e depende da universidade conduzir esse projeto de forma abrangente e aberta ao diálogo com a comunidade. Dessa forma, a formação de novos professores é enriquecida, pois a partir das atividades extensionistas, os discentes são incentivados a refletir criticamente sobre sua prática educativa e, promove assim uma práxis emancipadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência com o projeto de extensão Tecendo a Cidadania: Geração de Renda e Combate à Exclusão Social demonstrou o potencial transformador da extensão universitária, tanto para a sociedade quanto para nossa formação profissional enquanto pedagogos. Por meio desta vivência, foi possível apreender a concepção freiriana de extensão, que enfatiza o compromisso emancipador e dialógico do processo, além de afirmar e reafirmar a necessidade de políticas que orientem os projetos de extensão em sua execução.

Na curricularização, os projetos de extensão devem ser construídos e executados a partir da escuta ativa da comunidade, ter a participação efetiva dos discentes, garantindo que a extensão seja uma área de protagonismo de toda a comunidade universitária e não apenas dos docentes. Essa prática fortalece a formação de professores, promove o envolvimento prático e crítico dos estudantes.

Segundo Freire (1983), uma ação transformadora exige uma presença curiosa e constante, uma busca por reflexão crítica e uma interação efetiva entre todos os participantes, características fundamentais para o êxito da extensão.

Entende-se que os 10% da carga horária previstos para a extensão são adequados, desde que organizados de forma que evite uma fragmentação excessiva. Salienta-se que os projetos requerem planejamento, execução e avaliação contínua, e, quando diluídos entre várias disciplinas, podem perder o tempo e a coesão necessários para cumprir com as diretrizes estabelecidas pela legislação e pelas definições do FORPROEX. E isso parece ser o maior desafio da curricularização no atual momento.

Ademais, conclui-se que a extensão universitária oferece à universidade tanto pública quanto privada uma oportunidade de demonstrar sua incumbência acadêmica tanto para a comunidade quanto para a formação de profissionais críticos, emancipados e comprometidos com a realidade social. O êxito da curricularização depende do engajamento de todos os envolvidos,

visando sempre manter o equilíbrio entre a tríade que se constitui no ensino, pesquisa e extensão, fortalecendo a formação dos futuros educadores comprometidos com uma prática reflexiva.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos à Fundação Araucária pelo apoio financeiro e à Pró-Reitora de Extensão Universitária (PROEX) da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste) por viabilizar a realização do projeto que se desdobrou em oficinas temáticas. Também agradecemos às instituições parceiras como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), que cederam espaços e forneceram suporte logístico para a realização das atividades. Nosso sincero reconhecimento às mulheres participantes, que com suas histórias e vivências enriqueceram e deram vida a este belíssimo projeto.

REFERÊNCIAS

BRASIL, **Diário Oficial da União**. 2018. Disponível em: <https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=19/12/2018&jornal=515&pagina=49>. Acesso em: 13 de out. de 2024.

BRASIL, **Lei nº 13.005**, de junho de 2014. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm. Acesso em: 13 de out. de 2024.

BRASIL, **Resolução nº 58/2020-CEPE**, de 21 de maio de 2020. Disponível em: <https://www5.unioeste.br/portalunioeste/arq/files/PROEX/resolucoes/058.pdf>. Acesso em: 13 de out. de 2024.

BALDIJÃO, Carlos Eduardo; TEIXEIRA, Zuleide Araújo. **A educação no governo Lula**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2011.

FRANCO, Maria Amélia Santoro e LIBÂNEO, José Carlos e PIMENTA, Selma Garrido. **Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, n. ja/abr. 2007, p. 63-97, 2007 Tradução.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0100-15742007000100005>. Acesso em: 28 abr. 2025.

HELDER, R. R. **Como fazer análise documental**. Porto, Universidade de Algarve, 2006.

FREIRE, Paulo. **Extensão ou comunicação?** 8.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1983.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Maria Eda. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

NOGUEIRA, Maria das Dores Pimentel. **Políticas de Extensão Universitária Brasileira**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

Data de recebimento: 22 DE FEVEREIRO 2025

Data de aceite para publicação: 23 DE ABRIL DE 2025